

POLÍTICA FISCAL

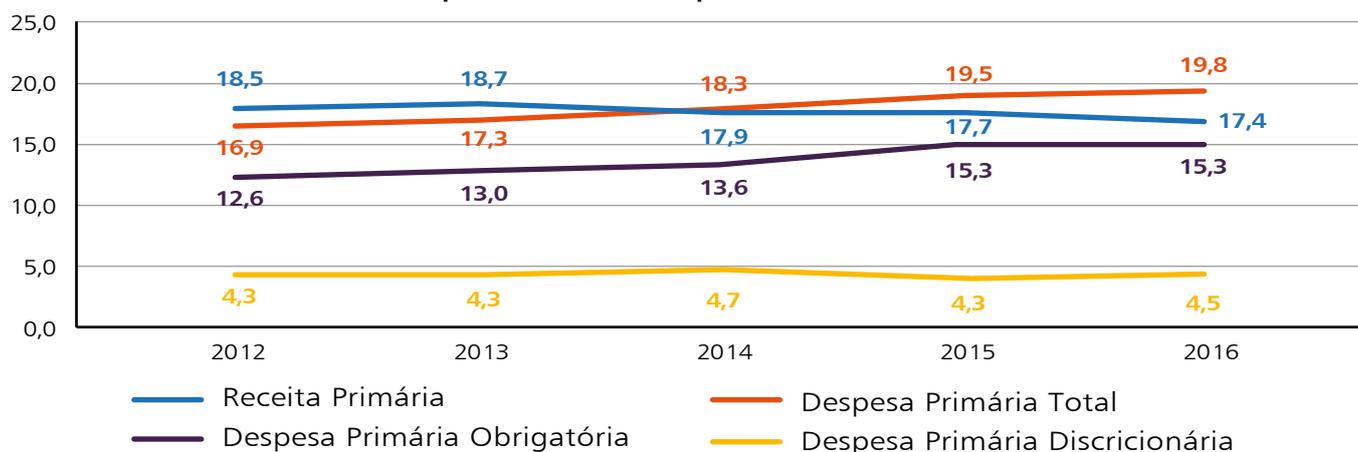
A política fiscal tem como objetivo a promoção da gestão financeira equilibrada dos recursos públicos visando a assegurar a estabilidade e o crescimento econômico, o financiamento das políticas públicas e uma trajetória sustentável da dívida pública.

As metas fiscais servem como parâmetros para dar confiança à sociedade de que o governo garantirá as condições necessárias à estabilidade econômica e ao controle do endividamento público. Em razão da importância desses indicadores, a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece, por determinação do art. 165, § 2º, da Constituição Federal e do art. 4º, § 1º e § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, as metas de resultado primário para o exercício a que se referem e para os dois seguintes.

O resultado primário surge do confronto de receitas e despesas primárias no exercício e sua apuração fornece uma avaliação do impacto da política fiscal nas contas públicas. Os superávits primários contribuem para a redução do estoque total da dívida líquida. Em contrapartida, os déficits primários indicam a parcela do aumento da dívida líquida, resultante do financiamento de gastos primários (despesas não financeiras) que ultrapassam as receitas primárias (receitas não financeiras).

Conforme demonstrado no gráfico a seguir, entre 2012 e 2016 houve um aumento consistente das despesas primárias, motivado principalmente pela elevação das despesas primárias obrigatórias. Em relação às receitas primárias, observou-se uma queda significativa a partir de 2013.

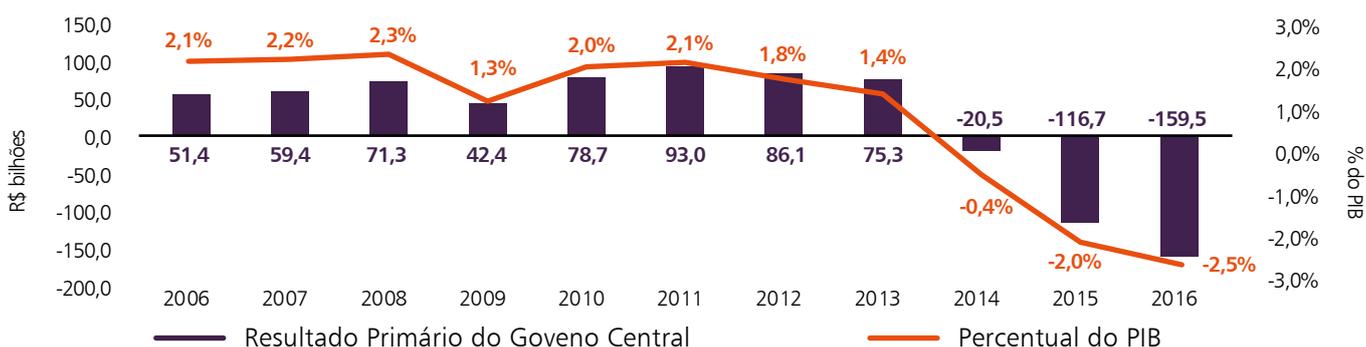
Receitas e Despesas Primárias em percentual do PIB – 2012 a 2016



Fontes: Ipea, IBGE e STN.

O gráfico ao lado apresenta a trajetória do resultado primário de 2006 a 2016, passando de um resultado superavitário de R\$ 51,4 bilhões (2,1% do PIB) para um resultado deficitário de R\$ 159,5 bilhões (2,5% do PIB), o que corresponde a uma deterioração do esforço fiscal da ordem de 4,6% do PIB no período de dez anos.

Resultado Primário do Governo Central – 2006 a 2016



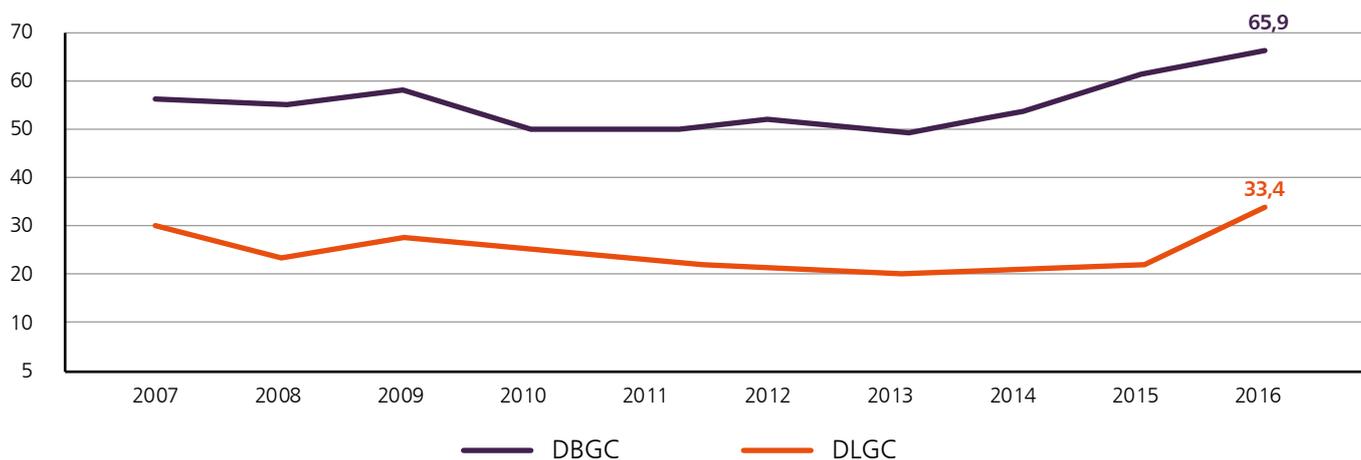
Fonte: IBGE e Banco Central (critério de apuração do resultado "abaixo da linha").

DÍVIDA PÚBLICA

Dívida pública é o montante levantado pelo governo junto ao setor privado ou às agências multilaterais, para financiar suas ações. Para tanto, o governo assume contratos de empréstimos e financiamentos e emite títulos que variam na maturidade, no modo como são vendidos e na forma como seus pagamentos são estruturados.

A mensuração da dívida pública restringe-se ao setor público não financeiro e sua compilação varia de acordo com a metodologia empregada, os entes da Federação abrangidos, a perspectiva bruta ou líquida e a exclusão ou não de algumas empresas.

Dívidas Bruta e Líquida do Governo Central



Fonte: Bacen.

Conforme divulgado pelo Banco Central, o endividamento bruto do **governo central** (DBGC) alcançou R\$ 4,1 trilhões ao final de 2016 (65,9% do PIB), elevando-se em 4,6 pontos percentuais do PIB relativamente a 2015. A dívida bruta do **governo geral** (DBGG), que abrange todos os entes federados, por sua vez, alcançou 69,9% do PIB em 2016.

A elevação do endividamento bruto decorreu, principalmente, da alta variação da dívida mobiliária do Tesouro Nacional (em 2015, era de R\$ 2.640 bilhões e, no final de 2016, foi para R\$ 2.975,8 bilhões), das operações compromissadas do Bacen (em 2015, era de R\$ 913,3 bilhões e, no final de 2016, de R\$ 1.047,5 bilhões) e da dívida bancária dos governos estaduais e municipais, que cresceu, respectivamente, R\$ 12,2 bilhões e R\$ 4,9 bilhões.

O expressivo endividamento nacional é fortemente pressionado pelas altas taxas de juros nominais pelas quais o Brasil remunera seus credores. Como proporção do PIB em 2016, os juros nominais do Brasil foram o terceiro maior do mundo, ficando atrás apenas do Lêmen e do Egito. A tabela seguinte mostra os percentuais de juros nominais em proporção do PIB dos países integrantes do grupo Brics e a média dos países emergentes integrantes do G-20 e da América Latina.

Despesas com Juros Nominais em proporção do PIB – 2016

	%
Brasil	6,5
Rússia	0,5
Índia	4,8
China	0,8
África do Sul	3,5
Média G-20 (emergentes)	1,6
Média América Latina (emergentes)	3,7

Fonte: FMI.